

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS – LINHA ESPECIFICA EM
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**

NATÁLIA MATIAS SCHEFFER

**GÊNERO: ESTUDO À LUZ DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM UMA
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CAMPONESAS LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE
TRÊS CACHOEIRAS – RS**

CRICIÚMA

2018

NATÁLIA MATIAS SCHEFFER

**GÊNERO: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM UMA ASSOCIAÇÃO DE
MULHERES CAMPONESAS LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE TRÊS
CACHOEIRAS – RS**

Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido no curso de Administração de Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientadora: Prof.^a Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias

**CRICIÚMA
2018**

NATÁLIA MATIAS SCHEFFER

**GÊNERO: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM UMA ASSOCIAÇÃO DE
MULHERES CAMPONESAS LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE TRÊS
CACHOEIRAS – RS**

Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido no curso
de Administração de Empresas da Universidade do
Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientadora: Prof.^a Almerinda Tereza Bianca Bez Batti
Dias

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias (UNESC) - Orientadora


Miguelangelo Gianezini (UNESC)


Cristiane Dias (UNESC)

“Quero pedir desculpa a todas as mulheres que descrevi como bonitas antes de dizer inteligentes ou corajosas. Fico triste por ter falado como se algo tão simples como aquilo que nasceu com você, fosse seu maior orgulho, quando seu espírito já despedaçou montanhas. De agora em diante vou dizer coisas como, ‘você é forte’ ou, ‘você é incrível!’, não porque eu não te ache bonita, mas porque você é muito mais do que isso”.

Rupi Kaur

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por me darem todo o amor e educação e por me darem a oportunidade de concluir um curso de graduação.

Agradeço as minhas amigas Luiza e Daniela por me apoiarem e estarem junto comigo nesse momento e por serem exemplos de determinação e de mulheres fortes, corajosas e empoderadas.

Agradeço a Dona Jurema, presidente da associação MMC – Três Cachoeiras, que permitiu e deu a oportunidade para que eu pudesse aplicar a pesquisa do trabalho, e estendo meus agradecimentos a todas as outras mulheres que me receberam com muito carinho e atenção em todas as reuniões e me ajudaram respondendo a entrevista.

Agradeço a minha orientadora Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias pela disponibilidade e atenção que teve em todas as etapas do trabalho, com toda sua experiência e paciência me ajudou a concluir de forma alegre a monografia.

Agradeço a todas as mulheres que, de alguma forma, passaram pela minha vida e me fizeram questionar e refletir sobre o papel da mulher na sociedade, a nossa importância e valorização.

Enfim, agradeço a todos e todas que estiveram presentes ou fizeram parte da realização deste trabalho.

RESUMO

SCHEFFER, N. M. **Gênero:** A Divisão Sexual do Trabalho em uma Associação de Mulheres Camponesas Localizada no Município de Três Cachoeiras – RS. 2018. Monografia do Curso de Administração de Empresas, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

O presente trabalho buscou uma reflexão quanto ao gênero, na esfera do trabalho focalizando as mulheres que participam do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, na sede regional do Litoral Norte gaúcho na cidade de Três Cachoeiras – RS. O objetivo delineou-se em compreender a igualdade de gênero, como construção social, na esfera do trabalho das mulheres do MMC à luz da Divisão Sexual do Trabalho. A abordagem da pesquisa foi qualitativa descritiva e de campo por meio de uma pesquisa realizada com doze mulheres participantes do movimento. Os dados foram coletados por meio de entrevista estruturada cujos resultados foram apresentados em três blocos: i- perfil das pesquisadas; ii- atividades familiares, e iii- atividades profissionais; pautados quanto à Divisão Sexual do Trabalho (HIRATA, KERGOAT; 2007). O perfil das entrevistadas modo geral, são mulheres casadas ou viúvas que possuem renda entre um a dois salários mínimos e exercem a função de agricultoras, a função já era esperada uma vez que participam de um movimento rural. As atividades domésticas são realizadas em sua maioria pelas mulheres, sem ajuda de familiares ou companheiros, apesar das responsabilidades financeiras serem divididas. Quanto à Divisão Sexual do Trabalho, a desvalorização da mão de obra mulher e o seu papel visto como secundário na agricultura ainda é uma realidade, exacerbando o princípio hierárquico em que o trabalho do homem tem mais valor que o trabalho executado pela mulher.

Palavras-chave: Movimento de Mulheres Camponesas. Gênero. Igualdade de Gênero. Divisão Sexual do Trabalho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Princípios da Divisão Sexual do Trabalho.....	20
Figura 2 - Categorias de análise de dados.....	35
Figura 3 - Síntese dos resultados da esfera privada	40
Figura 4 - Síntese dos resultados da esfera pública	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura do Trabalho.....	14
Quadro 2 - Ondas do Movimento Feminista.....	16
Quadro 3 - Síntese dos Resultados Revisão Sistemática	25
Quadro 4 - Roteiro entrevista	34
Quadro 5 - Procedimentos metodológicos e respectivos objetivos específicos	35
Quadro 6 - Faixa etária versus estado civil	36
Quadro 7 - Nível de escolaridade versus Renda.....	37
Quadro 8 - Realização do pagamento das despesas de sua família	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DST	Divisão Sexual do Trabalho
EUA	Estados Unidos da América
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
OIT	Organização Internacional do Trabalho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 situação PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 GÊNERO: breve contextualização	15
2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	19
2.3 ESTADO DA ARTE	23
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	31
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	31
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA OU DO PÚBLICO ALVO	32
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	33
3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS	34
3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	36
4.1 PERFIL DAS PESQUISADAS.....	36
4.2 ATIVIDADES FAMILIARES.....	38
4.3 ATIVIDADES PROFISSIONAIS	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

O início dos estudos feministas nas últimas décadas representa um avanço para pesquisas acadêmicas e estudos de gênero. No entanto, apesar do crescimento dos estudos na área, ainda é um campo limitado, visto que o preconceito e o machismo ainda prevalecem na sociedade (TEIXEIRA, 2008).

Segundo Melo e Castilho (2009), foi a partir de estudos científicos que tratavam a condição da mulher na sociedade apenas como estatística, limitada as questões familiares – esfera privada – e impondo o seu papel biológico que o movimento feminista iniciou o questionamento desse papel e iniciou novos estudos que trouxeram o conceito de gênero como uma construção social. Esses estudos buscam desconstruir a concepção dos papéis feminino e masculino na sociedade e explicar as relações sociais que os estruturam (MELO; CASTILHO, 2009).

Nesse contexto, emerge o conceito de gênero e, com ele, vieram à tona inúmeras vertentes do feminismo e reivindicações que ainda não eram conhecidas e nem debatidas pelas mulheres e principalmente pelos governos, expressando a complexidade desse campo científico (MELO; CASTILHO, 2009).

O conceito de gênero como construção social, adotado neste trabalho, é o defendido por Joan Scott. A autora define gênero como dividido em duas grandes partes, sendo o gênero constituído por relações sociais que são baseadas nas diferenças entre os sexos e é constituído de uma forma primária de relações de poder (SCOTT, 1989).

Articulado à questão de gênero como construção social, tem-se o conceito de Divisão Sexual do Trabalho. Kergoat e Hirata (2007) argumentam que são dois princípios organizadores acerca da Divisão Sexual do Trabalho decorrente das relações entre os sexos, a saber: i – princípio da separação, que distingue o que é definido como trabalho de homem e trabalho de mulher; ii – princípio hierárquico, o qual aborda que o trabalho de homem tem mais valor do que o desenvolvido por mulher. Esses papéis são válidos para qualquer que seja a sociedade conhecida, no tempo e espaço, e podem ser legitimados pela ideologia naturalista que reduz o gênero ao sexo biológico, reduzindo às práticas sociais a ‘papéis sociais’ (KERGOAT; HIRATA, 2007).

A expansão de políticas e programas sociais voltados para as mulheres tem trazido ganhos às trabalhadoras, podemos citar as iniciativas de concessão de

créditos às empreendedoras, a qualificação profissional e a elevação da escolaridade como um incentivo ao desenvolvimento econômico e a autonomia, minimizando as desvantagens sociais quanto aos postos no mercado de trabalho (LUZ, CASAGRANDE, 2016).

A ideia que o trabalho feminino é inferior, visto como secundário, parte do pressuposto que a mulher só vai buscar um emprego no momento que a esfera familiar necessita desse rendimento como complemento. Ou seja, uma escolha que está totalmente condicionada ao homem, caso seu marido perca o emprego, ou fique doente, haja separação ou falecimento, nesses casos então é aceitável que a mulher possa buscar um emprego para complementar a renda. Então, no momento em que a dificuldade for superada, seria o momento de ela voltar ao lar. Reforçando que, quanto ao pagamento salarial, este sempre é precário e mal pago, visto que a mulher não necessita tanto do trabalho, pois é o homem que tem o dever de sustento da família (ABRAMO, 2007).

Essa divisão no mercado de trabalho reflete em uma pirâmide ocupacional que é segmentada de maneira horizontal e vertical quanto ao gênero, dificultando a ascensão das mulheres profissionalmente - segmentação horizontal -, como exclusão de cargos de nível hierárquico e de ascensão salarial mesmo nas profissões que são majoritariamente femininas - segmentação vertical – (YANNOULAS, 2003).

Portanto, busca-se, a partir dessas reflexões, compreender a desigualdade de gênero na esfera do trabalho.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Esse cenário de reprodução das desigualdades de gênero que existe no mercado de trabalho vem de um contexto histórico que afeta não só a vida da mulher no trabalho, mas o consciente coletivo de que o papel da mulher na sociedade é o privado e não remunerado e que ela é a responsável pelo trabalho doméstico e pela reprodução familiar. Atividades essas que são vistas como inferiores comparadas com o papel público, remunerado e predominantemente masculino. Isso, para as mulheres, significa menor tempo e condição financeira para investir em uma formação acadêmica e ter a possibilidade de ter um trabalho que seja remunerado e visto como digno. O responsável por esse paradigma é o estereótipo de gênero que subvaloriza o trabalho da mulher e valoriza o papel e

trabalho do homem, reproduzindo essa desigualdade de gênero (ABRAMO, 2007).

Dessa maneira: **quais as questões – princípios da separação e da hierarquia – que interverem na igualdade de gênero das mulheres do MMC – Movimento das Mulheres Camponesas?**

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo geral

Compreender a igualdade de gênero, como construção social, na esfera do trabalho das mulheres do MMC – Movimento das Mulheres Camponesas à luz da Divisão Sexual do Trabalho.

1.2.2 Objetivos específicos

Para que seja alcançado o objetivo geral do estudo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar o perfil das pesquisadas;
- b) levantar as atribuições da esfera privada;
- C) identificar as barreiras e facilidades percebidas por elas na esfera pública.

1.3 JUSTIFICATIVA

O crescimento do nível de escolaridade da mulher nos últimos anos e sua participação no mercado de trabalho no Brasil e na América Latina está em expansão, mas ainda existem sérios problemas quanto à permanência dessas mulheres nos seus postos de trabalho e também acerca da remuneração recebida quando comparada com a dos homens segundo Abramo (2007). A autora ratifica que as maiores discriminações visíveis são a diferença salarial para os cargos de trabalho que exercem funções iguais e o maior índice de desemprego para as mulheres, mesmo a escolaridade feminina sendo maior.

Para Teixeira (2008), a origem dos salários mais baixos vem da construção ideológica de que as mulheres não tinham obrigações de sustento da família,

reafirmando mais uma vez o papel da mulher como secundário, promovendo, dessa maneira, a concepção de que o homem é o responsável pelo provento familiar, e a mulher responsável pela esfera privada. Esse pensamento se trata de uma construção totalmente ideológica, pois não há estudos ou alguma base material que comprove tal comportamento.

Também uma temática recorrente entre os estudos feministas é a inferioridade e invisibilidade do trabalho feminino, principalmente na esfera doméstica, que vê essa classe como improdutiva e sem valor econômico para a sociedade (Melo; Castilho, 2009).

Essa realidade é comprovada por meio dos dados publicados pelo Ministério do Trabalho (2016) em que, no ano de 2016, os homens ocupavam 25,8 milhões de postos de trabalho, correspondentes a 56,0%, e as mulheres 20,3 milhões, que correspondem a 44,0%. Comparando dados desde 2010, os homens ocupavam 58,4% e as mulheres 41,6%. Pode-se notar que a participação feminina vem crescendo nos vínculos empregatícios. Quanto ao rendimento salarial, no ano de 2016, a remuneração média masculina cresceu cerca de 0,4% chegando a R\$3.063,33, e a feminina um crescimento de 1,5% correspondente a R\$2.585,44. Portanto, o presente estudo busca contribuir para a literatura acerca da Divisão Sexual do Trabalho e como isso impacta na vida das mulheres pesquisadas.

Também o fato de a Divisão Sexual do Trabalho ser uma das pautas mais antigas do feminismo cuja tentativa é reinterpretar os conceitos de trabalho doméstico e trabalho produtivo/improdutivo (MELO; CASTILHO, 2005), mas ainda a desigualdade na esfera do trabalho permanecer, justifica a importância da realização desta pesquisa.

Para a acadêmica, o estudo é de extrema importância, pois, além de uma oportunidade de aprimorar sua experiência acadêmica, o tema do estudo impacta diretamente na sua construção social e em seu senso crítico. Também para a universidade, que terá mais um estudo sobre esta temática contemporânea e necessária em seu acervo em uma área que ainda é muito carente de pesquisas.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, conforme detalhamento exposto no quadro 1.

Quadro 1 - Estrutura do Trabalho

Capítulo 1	Introdução	Situação problema Objetivos da pesquisa: - objetivo geral - objetivos específicos Justificativa Estrutura do trabalho
Capítulo 2	Fundamentação Teórica	Gênero: breve contextualização Divisão sexual do trabalho Estado da arte
Capítulo 3	Procedimentos Metodológicos	Delineamento da pesquisa Definição da área ou público alvo Plano de coleta de dados Plano de análise de dados Síntese dos procedimentos metodológicos
Capítulo 4	Apresentação e análise de dados	Perfil das pesquisadas Atividades familiares Atividades profissionais
Capítulo 5	Considerações finais	Considerações da pesquisa Limitações da pesquisa Sugestão para estudos futuros

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na primeira seção deste capítulo é dissertado sobre a origem do termo gênero – como construção social – que é adotado neste trabalho, contextualizando brevemente sobre a história do feminismo. Na segunda seção, discorre-se sobre a Divisão Sexual do Trabalho que é a temática principal da pesquisa apresentada.

2.1 GÊNERO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Ao iniciar a exposição sobre gênero, é importante discorrer um pouco sobre a história do feminismo, movimento que é dividido, por vezes, em três principais ondas e que, em cada uma delas, há suas diferentes reivindicações, que são baseadas principalmente quanto à liberdade e à igualdade das mulheres na sociedade. Sabe-se que tais ondas não são movimentos estanques e nem aceito por todos os autores, mas elas deixam a explanação com certo cunho didático.

Pedro (2011), ao analisar o movimento e a história feminista, categorizou em três termos que definem o movimento cronologicamente: o primeiro “mulher”, depois “mulheres” e por último “relações de gênero”. O primeiro, trata da primeira onda do feminismo e tem seu início entre o final do século XIX e início do século XX é categorizado como “mulher” no singular, pois tratava de reivindicações políticas como o sufrágio, lutas sociais e econômicas, mas que eram representados e atendia às necessidades geralmente da mulher branca e de classe média alta, definindo o feminismo e a classe feminina como uma só unidade. Já com a adoção do termo “mulheres” passa, então, a aplicar-se à pluralidade e urgência do movimento em separar as reivindicações das diferentes classes e, especialmente, às mulheres negras, que não se sentiam representadas. E, por último, o conceito das “relações de gênero” termo usado após os anos 1990, que conseguiu ser o mais representativo para o movimento.

Quadro 2 - Ondas do Movimento Feminista

Período	Ondas do feminismo e autoras	Definição do termo gênero	Categoria predominante
Até a década de 1960	Primeira	A reivindicação era igualdade nos direitos políticos, sociais e econômicos.	Mulher
Décadas de 1960 a 1970	Segunda Betty Friedan (1963) Gayle Robin (1975) Joan Scott (1986)	Superação do essencialismo e absorve as identidades associadas à diferença sexual, sexualidade e raça. A reivindicação era a igualdade entre homens e mulheres. Iniciou nos Estados Unidos e, posteriormente, na França. Simone de Beauvoir tornou-se referência do movimento feminista. O modelo de família modifica-se à medida que a mulher entra massivamente no mercado do trabalho.	Mulheres e gênero
Década de 1980	Segunda, autores que assumem como terceira Butler (1990)	Problematizou a categoria mulheres como sujeito do feminismo. Para Butler, sexo é construído socialmente.	Gênero

Legenda: A autora elaborou o quadro com base em: Calás e Smircich (1999), Negreiros e Bernardes (2008), Matos (2009), Pedro (2011) e Costa e Vergara (2012).

De acordo com D'Atri (2004) uma vez que o movimento feminista encarou que essa separação de gênero e discriminação já vem desde o início da história e está na cultura ficou definido que as reivindicações do movimento feminista seriam a busca pela igualdade de direito entre os gêneros e classes, e buscar por meio das raízes culturais os fatores que geraram o início das desigualdades de gênero.

Já, para Louro (2014), o início da expansão e o uso do termo gênero teve suas primeiras aparições nos anos 1960, juntamente com a segunda onda do feminismo, no qual feministas anglo-saxãs usaram o termo *gender* como distinção de sex, rejeitando o determinismo biológico do termo sex, acentuando o caráter sexual da expressão.

A palavra gênero quando pronunciada, normalmente é associada aos sexos feminino e masculino e, como na língua portuguesa, todos os seres vivos têm um gênero, mas nem todos têm sexo (podem ser assexuados) ainda assim são atribuídos a um gênero. Também por essa razão, o movimento feminista começou a usar o conceito de gênero em vez de sexo, buscando reforçar a ideia de que o

comportamento de homens e mulheres não eram uma questão biológica do sexo, e sim uma questão de gênero, este sendo ligado diretamente a construções culturais e sociais (PEDRO, 2005).

Retomando Simone de Beauvoir (1949) que, ao escrever o livro *O segundo sexo* afirma que “não se nasce mulher, torna-se mulher”; e, apesar do ano da publicação da obra, o termo gênero ainda não havia sido introduzido nas bases do feminismo, Beauvoir já defendia a diferenciação entre sexo e gênero e que, ao nascer, as mulheres não vinham com os valores e comportamentos sociais definidos biologicamente, os quais são advindos de construções sociais.

Além da contribuição de Beauvoir com a percepção do papel reduzido ao sexo da mulher na sociedade, ela foi a primeira a perceber que jamais alguém teria escrito sobre a condição do homem na sociedade, visto que ela sempre esteve construída como uma condição humana, cumprindo uma tarefa histórica ao perceber e denunciar a definição negativa que a mulher carrega: aquela que não é homem (RODRIGUES, 2017).

Quando se trata de homens e mulheres, sexo pode ser definido como o que não se pode desconstruir por ser um fator biológico determinado no nascimento, mas, quanto ao gênero, este pode ser desconstruído, por ser uma prática social e ideológica. Quando um bebê nasce por exemplo, ao serem separadas as cores em rosa e azul, ou brinquedos de menina ou menino, é reproduzida a construção social imposta nos indivíduos de acordo com o seu sexo biológico (SAPATARIA RADICAL, 2016).

O gênero, para Sapataria Radical (2016), serve apenas como mais uma forma do machismo reafirmar o seu papel explorador sobre as mulheres atribuindo estereótipos às pessoas de acordo com o seu sexo biológico, fator esse que impõe desde o nascimento as consequências sociais e culturais na vida de meninos e meninas. A (des)igualdade de gênero, portanto, constitui-se principalmente no momento em que as relações sexuais se definem por dominação e exploração, os homens, além de serem privilegiados em relação às mulheres, ainda são agentes diretamente ligados à submissão feminina e beneficiam-se dela, não fazendo sentido a expressão “igualdade de gênero”, pois por definição gênero é uma hierarquia e não uma dualidade, não existindo a masculinidade sem ser sustentada pela feminilidade.

Scott (1995) introduziu o conceito de gênero na literatura com o artigo

Gênero, uma categoria útil de análise histórica, originalmente publicado em 1986 nos EUA e em 1990 traduzido e publicado no Brasil pela primeira vez. A autora inicia analisando a história da humanidade como a forma de divisão do sexo entre os povos através dos tempos, e coloca-a como o agente causador responsável pela produção da diferença sexual, pois, ao relatar e reproduzir histórias que apenas os homens são envolvidos e protagonistas, esquece a história das mulheres e coloca-as como coadjuvantes ou inexistentes, afirmando a dominação masculina e apagando a história das mulheres.

Para Scott (1995, p. 21), gênero é uma categoria de análise histórica, cultural e política e define-a como “uma forma primeira de significar as relações de poder”. Facilmente gênero se confunde no senso comum ao imaginar que trata de estudos sobre as mulheres, quando na verdade expressa uma relação de poder dominante de uma classe sobre outra.

Saffioti (1987), ao analisar os papéis de homens e mulheres na sociedade, define-as como uma relação de subordinação e dominação. Isso não quer dizer que há exclusividade na dominação de homens sobre as mulheres, essas relações de dominação e subordinação também ocorrem com homens sobre homens na esfera do trabalho aonde o homem é subordinado ao seu chefe, também por mulheres sobre mulheres, não sendo o patriarcado o único princípio estruturador de dominação.

D’Atri (2004) define o patriarcado, palavra que deriva do grego *pater*, como um grupo de pessoas ou classe, uma família ou uma área que seja subordinada a figura do homem. Esse modelo de dominação materializa a desigualdade entre os sexos e mantém a mulher subordinada ao patriarca.

Assim se constituiu uma ideologia com base hierárquica e desigual que impõe concepções que naturalizam e justificam a manutenção de privilégio do status de superioridade para o homem, e status de inferioridade, serviçal e obediente para a mulher. Para manter a subordinação da mulher foram usados vários métodos como: proibição, violência, exclusão e discriminação (AMTR SUL, 2008).

Dessa forma, as mulheres, por serem vistas com menor poder na sociedade, tanto nas decisões familiares ou decisões que afetam suas escolhas pessoais são os sujeitos de dominação dos homens, os quais são os protagonistas do sistema de dominação patriarcal e ocupam lugares de maior prestígio na sociedade. A mulher ao cumprir seu papel de dominação – filha, mãe, dona de casa – é subordinada ao

pai e a família e, ao se casar, assume o papel de esposa, mãe e dona de casa e a subordinação se transfere do pai para o marido. E, ao ter um trabalho assalariado que serviria como uma forma de libertação do sistema patriarcal, recebe menos que os homens que ocupam a mesma função e ainda a mulher permanece com o compromisso com a extra jornada em casa, o trabalho doméstico que lhe é subordinado (SAFFIOTI, 1987).

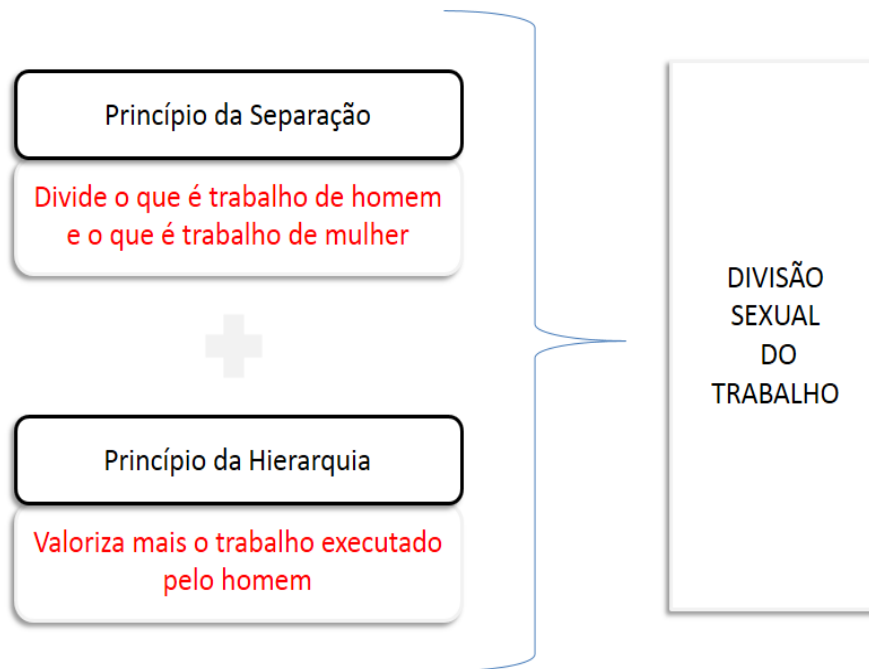
Após a dissertação sobre a categoria gênero, neste trabalho adotado o conceito apresentado por Scott, o qual se refere à construção social do indivíduo, materializada por vezes nas relações de poder, percebidas nas esferas pública e privada; na seção seguinte se focaliza as relações na dimensão do trabalho, por meio da abordagem da Divisão Sexual do Trabalho.

2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

O início do movimento feminista não foi puxado pelo direito ao aborto como é dito por alguns autores, mas sim pela consciência de que uma massa de trabalho era realizada invisivelmente pelas mulheres, sem remuneração e sem reconhecimento, trabalho esse que não era realizado para si e sim para os outros, em nome da *natureza* da mulher, do amor pela família e do dever maternal (KERGOAT, 1996).

Para Kergoat (1996), ao falar em Divisão Sexual do Trabalho, que há muitas variáveis em seu entendimento, no uso mais comum da expressão dá conotação de ser simplesmente descritiva, ou seja, apenas a define como uma diferenciação sexual nas atividades sociais. Porém a Divisão Sexual do Trabalho, como abordagem teórica, vai muito além da simples conotação da expressão e significa mesclar essa divisão sexual juntamente com os processos que a sociedade utiliza para cada vez mais solidificar essa diferenciação e hierarquizar as atividades, tornando-se a forma principal de poder que os homens exercem sobre as mulheres na esfera do trabalho.

Figura 1 - Princípios da Divisão Sexual do Trabalho



Fonte: Elaborado com base em Kergoat (1996).

Hirata (2003), ao analisar pesquisas realizadas entre os anos 90 – momento em que a globalização aumentou o número de vagas de emprego assalariados para as mulheres, mesmo que grande parte delas acompanhadas de precarização e vulnerabilidade – esclareceu que as condições de trabalho, igualdade salarial e divisão do trabalho não cresceram na mesma proporção. O trabalho doméstico sempre foi visto com obrigação de ser realizado exclusivamente pelas mulheres, por não terem seu espaço no mercado de trabalho e dispor de mais tempo em casa para se dedicar apenas a ele. Com a inserção da mulher na esfera pública, a divisão do trabalho doméstico não aconteceu. A base para esse pressuposto vem da ideia que o trabalho doméstico e a afetividade estão ligados e destinados às mulheres. Mesmo que a tecnologia de eletrodomésticos venha para ajudar e tornar as tarefas menos penosas, a divisão sexual deste tipo de trabalho e sua atribuição de gênero continua intacta (HIRATA, 2003).

A abordagem da Divisão Sexual do Trabalho esclarece que cabe aos homens à esfera produtiva – do trabalho – e as mulheres à esfera reprodutiva – doméstica – segundo Kergoat e Hirata (2005). Além disso, as autoras propõem dois princípios organizadores, que regem a desigualdade de gênero, a saber: o princípio da separação que define o que é trabalho de homem e trabalho de mulher; - e o

princípio hierárquico, que defende que o trabalho realizado pelo homem tem mais valor que o trabalho executado pela mulher. Os dois princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, independentemente do tempo (KERGOAT; HIRATA, 2007).

Ou seja, a maneira como vivem homens e mulheres na sociedade não são definidas pelo destino biológico de cada um, e sim por construções sociais. Dessa maneira, a autora esclarece que homens e mulheres são divididos em dois grupos sociais distintos que configuram as relações sociais de sexo e defende que a base dessa relação é o trabalho e, quando isso se torna uma atitude, tem-se o início da Divisão Sexual do Trabalho (KERGOAT, 2009).

O feminismo, ao amadurecer, passa a ter um olhar mais crítico sobre a situação das mulheres e, principalmente, acerca da desvalorização do trabalho feminino, seja ele o trabalho reprodutivo que não gera nenhum valor econômico e é ignorado pelas ciências econômicas, ou o trabalho remunerado que é menos recompensado quando executado por uma mulher (MELO; CASTILHO, 2005).

Na área das ciências econômicas, a produção acadêmica e científica sobre o bem-estar dos seres humanos eram geralmente ligadas à produção mercantil de bens e serviços, sendo quase insignificante as publicações que definem o bem estar do ser humano e suas necessidades ligados à reprodução, trabalho doméstico, cuidados com crianças e idosos, tarefas que são tipicamente determinadas femininas. Essas atividades que geralmente eram executadas sem distinção de gênero e sexo nas famílias (exceto ao trabalho reprodutivo executado pela mulher) na época pré-capitalismo, com o início da sociedade capitalista construiu uma ligação direta com a situação de inferioridade feminina, pois estas não caracterizam uma geração de renda (MELO; CASTILHO, 2005).

Mas as pesquisas, ao tratarem o trabalho doméstico com o mesmo peso do trabalho profissional, puderam solidificar o entendimento da expressão Divisão Sexual do Trabalho. No Brasil, os primeiros estudos sobre essa abordagem tiveram influência da literatura francesa que, nas décadas de 1970 e 1980, foi a pioneira na pesquisa sobre o assunto, criando as bases teóricas do conceito, incorporando as relações de sexo e gênero (KERGOAT, 1996). Já as pesquisas a respeito da Divisão Sexual do Trabalho no campo das ciências sociais podem ser fundamentadas aos papéis que são atribuídos de acordo com o sexo (ALVES, 2013).

No Brasil em um panorama traçado entre os anos 1970 até 2005,

apresentada a situação das mulheres no mercado de trabalho e demonstrou avanços e atrasos. Ao mesmo tempo em que ocorreu um aumento de mulheres no mercado de trabalho, esse número tem dois lados: a predominância de trabalhos precários e informais, e a conquista de bons empregos com cargos de prestígio como gerências e diretorias para as mulheres escolarizadas, as quais geralmente brancas e de classe média (BRUSCHINI, 2007).

O aumento de mulheres com maior grau de escolarização deu-se devido aos movimentos sociais ocorridos entre os anos 70 que impulsionavam as mulheres a uma carreira profissional e não apenas à vida doméstica, permitindo o acesso ao ensino superior. O maior número de universidades federais e privadas também pode ser considerada primordial para este aumento. Essa oportunidade aumentou a possibilidade de empregos além dos *guetos* tradicionais, tais como a medicina, a arquitetura, a engenharia e o direito que já se veem um número exponencial dessas profissionais (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000).

Quanto à precarização do trabalho, focalizando os resultados acerca das mulheres, Kergoat (2007) define o aumento da oferta de trabalhos femininos em tempo parcial com uma maior flexibilização para as mulheres que possuem ensino superior e acaba por reforçar formas estereotipadas das relações sociais de sexo.

A priorização das mulheres pelas suas carreiras, estas quando geralmente consolidadas, acabam por terceirizar a tarefa doméstica para outras mulheres, aumentando o número de empregos femininos, mas também a precarização deles. Essa transferência do trabalho doméstico de uma mulher para a outra em situações de precariedade foi chamado de *delegação* (KERGOAT, 2007). Essas mulheres, para as quais são delegadas a função doméstica, sofrem com situações de precariedade, baixos salários, baixa proteção social e muitas vezes com a informalidade (NEVES, 2013). Além disso, Neves (2013) esclarece que o trabalho de doméstica ainda é visto como naturalmente feminino, pois já é uma função que se aprende em casa e não necessita nenhuma especialização ou saber específico, justificando assim a baixa valorização da profissão.

De acordo com dados da OIT (2018), na América Latina, o trabalho doméstico representa 27% das ocupações femininas. No Brasil, no ano de 2016 dos 6,158 milhões de trabalhadores domésticos 92% eram mulheres, e desse número apenas 32% possuem carteira assinada. No ano de 2011, o mesmo relatório apresentou a situação das mulheres negras, que de 93,6% das mulheres domésticas, elas

representavam 61% desse número, e quanto à carteira assinada também havia um número menor: 26,4% entre as brancas e 24% as negras. No Brasil, é marcante a presença das mulheres negras no trabalho doméstico, o que perpetua e marca ainda mais a discriminação e as desigualdades enfrentadas por elas (ÁVILA, 2011).

Paradoxalmente, a maior presença das mulheres no mercado de trabalho traz mudanças, mas não transformações expressivas em suas situações no mundo do trabalho, pautado pelo modelo profissional masculino. Além disso, o trabalho da reprodução humana, que continua invisível e desenvolvido pelas mulheres, preserva o modelo profissional masculino “livre” de afazeres domésticos e mantém o modelo feminino “conciliador” dividido entre as várias jornadas de trabalho (YANNOULAS, 2003).

Além disso, os programas de qualificação para as mulheres ingressarem no mercado de trabalho, embora a prerrogativa seja a facilidade da inserção em sua maioria, são em áreas de ocupações que são tidas como tradicionalmente femininas. Assim, incorporam a Divisão Sexual do Trabalho segmentando horizontalmente as ocupações, reforçando a condição de subordinação e inferiorização do trabalho da mulher na esfera produtiva (LUZ; CASAGRANDE 2016).

Essas mulheres, ao entrarem no mercado de trabalho e de forma massiva em certas profissões, trouxeram dois movimentos caracterizados como feminilização e feminização. O primeiro trata do sentido quantitativo: o aumento da mão de obra feminina em determinadas profissões; e a feminização no sentido qualitativo, que se refere às mudanças de determinadas profissões e ocupações ao serem ocupadas por mulheres e adquirem características femininas (YANNOULAS, 2011).

E, apesar de todas as mudanças e conquistas, ainda permanece igual o fato de as mulheres serem as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos-família e pelas tarefas domésticas. Isso vale também para aquelas que trabalham fora e contribuem economicamente, o que representa uma dupla jornada de trabalho, em que a segunda é sem remuneração (BRUSCHINI, 2007).

2.3 ESTADO DA ARTE

Nesta seção, são apresentados os resultados da revisão sistemática realizada. A busca foi feita na base de dados Scielo. No campo de busca, realizou-se a pesquisa com a expressão: Divisão Sexual do Trabalho, no campo ‘Título’.

Dessa busca, foram localizados dez artigos.

Também foi realizada pesquisa na base de dados SPELL, com a expressão 'Divisão Sexual do Trabalho', com filtros não foi possível localizar artigos, então no momento a pesquisa foi realizada sem filtro de busca, resultando em quatro artigos. Totalizando assim quatorze textos, os quais são sintetizados no Quadro 3 em ordem alfabética.

Quadro 3 - Síntese dos Resultados Revisão Sistemática

Autores, título e ano	Objetivo Geral	Amostra pesquisada	Principais Resultados
ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão Sexual do Trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. 2013	Descaracterizar a ideologia naturalista que legitima os princípios de trabalho entre homens e mulheres que ocorreu no processo de instalação do capitalismo no Brasil, entre os séculos XIX e XX.	Artigo teórico, não possui amostra.	Nas sociedades pré-capitalistas, as famílias rurais não tinham distinção entre o trabalho público e privado, sendo realizado por todos os membros da família. Com início da era da produção e o êxodo rural, o estilo de vida passou a ser ditado pelo capitalismo, que reforça a ideia de que o trabalho público é mais importante e mais valorizado que o privado, ratificando o princípio de separação de homens e mulheres.
BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. 2016	Analisar o potencial crítico e explicativo das mesmas, com foco na relação entre a Divisão Sexual do Trabalho e democracia, avaliando seu impacto no contexto brasileiro.	Artigo teórico, não possui amostra.	A ausência da mulher na esfera política limita a expressão feminina no debate público, reduzindo as perspectivas, necessidades e interesses sociais. Logo, a mulher tem menos chance de participar e influenciar as decisões de normas e leis que as afetam diretamente.
CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Anne Grace. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e Divisão Sexual do Trabalho. 2011	Medir o quanto os projetos de geração de renda enquanto política pública incidem na estrutura das relações de gênero e na Divisão Sexual do Trabalho.	Artigo teórico, não possui amostra.	As políticas pautadas na geração de renda acabam por reproduzir a Divisão Sexual do Trabalho, pois o trabalho feito por essas mulheres já nasce com baixo valor agregado e geralmente são tarefas feminizadas – como cabeleireira, costureira, doceira, entre outras; - de forma a conciliar o trabalho gerador de renda com o trabalho doméstico.
GRAF, Laila Priscila; COUTINHO, Maria Chalfin. Entre aves, carnes e embalagens: Divisão Sexual do Trabalho em abatedouro avícola. 2012	Entender como as entrevistadas compreendem seus espaços dentro do abatedouro, e buscou evidenciar a Divisão Sexual do Trabalho por meio do discurso das trabalhadoras comparando o âmbito produtivo do âmbito doméstico.	Oito trabalhadoras do abatedouro, questionando sobre o seu trabalho no abatedouro e a jornada de trabalho doméstica. Também foi observado o processo <i>in loco</i> , a observação de todo o processo produtivo e coleta de dados.	O artigo mostrou que relacionado à Divisão Sexual do Trabalho, no abatedouro ao ser designada as mulheres trabalhos, elas possuem maior dificuldade e exigência em acompanhar o ritmo da máquina, fica evidenciado que essa atitude vem da educação familiar voltada à submissão e obediência da mulher, que não consegue expressar e posicionar-se quanto às suas ambições dentro da empresa. E, apesar de os trabalhos das mulheres serem mais desvalorizados, elas viam isso como algo natural.
GUIRALDELLI,	Questionar reflexões de um	A amostra	Tendo em vista o parâmetro de produção em confecção, o trabalho

Autores, título e ano	Objetivo Geral	Amostra pesquisada	Principais Resultados
Reginaldo. Adeus a Divisão Sexual do Trabalho? Desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. 2012	suposto fim da Divisão Sexual do Trabalho diante de discursos disseminados que atestam para a igualdade entre homens e mulheres na esfera produtiva, principalmente na indústria têxtil que ainda tem sua mão de obra quase exclusivamente feminina.	pesquisada foi uma indústria de confecção, que é uma ocupação dita como excelência feita pela mão de obra feminina.	nesse setor é nitidamente sexuado, estruturado na Divisão Sexual do Trabalho, em que todos os elos são formados pela mão-de-obra feminina.
HIRATA, Helena. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. 2007	Analisar grupos sociais mais atingidos e mostra a vulnerabilidade crescente do emprego feminino e o processo de globalização.	Artigo teórico, não possui amostra.	A precarização do emprego vem aumentando cada vez mais nos países pesquisados –Brasil, França e Japão, sendo cada vez mais normalizado pela sociedade, que na falta de empregos estáveis, acabam aceitando a precarização da sua mão-de-obra.
HIRATA, Helena. Globalização e Divisão Sexual do Trabalho. 2001	Analisar as consequências que a globalização tem sobre a Divisão Sexual do Trabalho e caracterizar os empregos femininos em tempos de crise.	Artigo teórico, não possui amostra.	Os empregos femininos, principalmente em tempos de crise quando se pode limitar acesso às melhores oportunidades, geralmente se limitam àqueles que precisam da mão-de-obra feminina, ou cuidados com o lar e pessoas, ou na educação, como professoras.
HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. 2007	Demonstrar como a Divisão Sexual do Trabalho também teve evoluções ao longo dos anos, e explanam alguns exemplos de como são organizadas essas novas relações nas esferas domésticas e públicas.	Artigo teórico, não possui amostra.	Apesar da reestruturação lenta do espaço das mulheres nas esferas público e privada e a renovação das relações sociais de sexo, o trabalho doméstico ainda continua sendo delegado as mulheres. Estas, mesmo sendo conscientes da opressão e divisão desigual das tarefas, continuam se incumbindo dessa função. Ao ver das autoras, é necessário questionar os âmbitos psicológicos dessa dominação e a dimensão da afetividade.
LUNARDI, Raquel; SOUZA, Marcelino de; PERURENA, Fátima. O trabalho de homens e mulheres no turismo rural de São José dos Ausentes: o leve e o pesado. 2014.	Estudar as relações de trabalho na atividade turística de São José dos Ausentes - RS.	Treze famílias, entre elas sete famílias pluriativas e seis famílias agrícolas na cidade de São José dos Ausentes – RS.	A pesquisa indicou que o turismo rural provocou um pouco de mudanças nas divisões do trabalho familiar, sobretudo no trabalho feminino. A mulher que antes se dedicava aos afazeres de casa hoje também tem outra atividade que diz respeito ao turismo. Porém, mesmo com essa maior liberdade, as atividades continuam sendo separadas por femininas e masculinas.
MENEZES, Raquel dos Santos Soares;	Identificar os ideais da profissão de executiva pela narrativa das	Foram entrevistadas 64	Foi contatado, entre as mulheres entrevistadas, que os ideais de gestão definidos por elas são influenciados pelas questões de gênero. As

Autores, título e ano	Objetivo Geral	Amostra pesquisada	Principais Resultados
<p>OLIVEIRA, Janete Lara; DINIZ, Ana Paula Rodrigues. Symbolismos de gênero e gestão: uma análise das feminilidades de executivas brasileiras. 2013.</p>	<p>mulheres.</p>	<p>executivas de diversas organizações em sete capitais brasileiras: Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Salvador, Vitória, São Paulo e Rio de Janeiro.</p>	<p>'qualidades' que se esperam de um bom gestor, de acordo com a literatura, são pertencentes ao masculino, como objetividade e racionalidade. A carreira de executivo ainda é um espaço que vem sendo conquistado pelas mulheres, e os espaços simbólicos de gênero no topo da hierarquia organizacional reserva ao homem um lugar privilegiado, logo a postura masculina e suas 'qualidades' ainda servem de pauta, ou um exemplo a ser seguido para as executivas.</p>
<p>MOLINETE, Izel Aparecida; BARCELLOS, Rebeca de Moraes Ribeiro de; SALLES, Helena Kuerten de. Da mão de ferro ao romantismo: a produção do gênero no discurso da literatura pop management. 2017.</p>	<p>Identificar como são produzidos e reproduzidos os gêneros masculino e feminino em posições de gestão.</p>	<p>O estudo buscou publicações dos últimos cinco anos da revista Você S/A.</p>	<p>A análise identificou que a revista reforça o estereótipo de gênero ao colocar gestor e gestora com atributos femininos (acalmar os acionistas, cuidar da empresa) e masculinos (visão objetiva de mundo, conduzir os negócios com mão de ferro) diferenciando-os como mulher e homem. As representações de estereótipo nas publicações pop management além de disseminar ideais de gestão e práticas gerenciais, estabelecem limitações as escolhas dos indivíduos sob a perspectiva de gênero, contribuindo com a disseminação do estereótipo de gestão, e que o masculino é construído positivamente em detrimento do feminino.</p>
<p>NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A Divisão Sexual do Trabalho no sistema de integração agroindustrial. 2012</p>	<p>Analisar a Divisão Sexual do Trabalho em uma pequena propriedade rural familiar.</p>	<p>A pesquisa foi realizada com famílias de pequenas propriedades rurais que produzem frangos e derivados (avicultura) fazem uma parceria, oferecendo esses serviços para uma agroindústria.</p>	<p>Apesar da intensificação da forma de trabalho avícola, essa demonstrou uma exploração de trabalho tanto dos homens quanto das mulheres. Porém a força de trabalho feminina se mostrou a mais afetada, o que acarreta uma maior precarização da condição de vida, marcada por carências de necessidades básicas.</p>

Autores, título e ano	Objetivo Geral	Amostra pesquisada	Principais Resultados
SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual Divisão Sexual do Trabalho: um olhar sobre a última década. 2016	O artigo busca descobrir as mudanças que vem ocorrendo na última década quanto à Divisão Sexual do Trabalho e se a maior participação da mulher na esfera pública também trouxe a maior participação do homem no âmbito doméstico.	A amostra foi feita a partir de pesquisas bibliográficas, dados publicados pelos ministérios e órgãos governamentais.	Apesar de no ano de 2014, as mulheres fazerem parte do grupo de 58% da população economicamente ativa, esse avanço não foi capaz de diminuir a Divisão Sexual do Trabalho no Brasil. Os homens continuam com os cargos de maior valor e prestígio, enquanto as mulheres recebem menores salários e ainda cumprem a jornada dupla de trabalho, tarefa essa exclusiva feminina e pouco compartilhada com os homens.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Os artigos encontrados no Quadro 2 trazem como tema principal a Divisão Sexual do Trabalho e podem ser divididos como empíricos ou teóricos. Entre os quatorze artigos analisados, seis se caracterizam como teóricos e oito como empíricos.

Alves (2013) traz a análise do termo Divisão Sexual do Trabalho entre os séculos XIX e XX, quando o capitalismo teve início no Brasil e busca explicar como houve a transformação no ideal de “famílias tradicionais”, nas quais o homem executa o papel produtivo e a mulher o reprodutivo.

Biroli (2016) e Carloto e Gomes (2011) apresentam debates de cunho político que se assemelham; enquanto Biroli (2016) trata da falta de mulheres na política; Carloto e Gomes (2011) focalizam seu estudo nas mulheres pobres e nos projetos de geração de renda para essas mulheres. Com a ausência ou pouca participação nos cargos políticos e de poder, as mulheres ficam sem representatividade e com poucos ou ineficientes projetos ou políticas públicas que as possam amparar.

Quanto aos outros três artigos de Hirata (2001; 2007) sendo um deles com Kergoat (2007), tratam especificamente da Divisão Sexual do Trabalho tanto nos países pesquisados quanto à esfera global, trazem os trabalhos feminilizados e, no terceiro, como a Divisão Sexual do Trabalho evoluiu ao longo do tempo.

Quanto aos artigos empíricos, pode-se perceber semelhança em Graf e Coutinho (2012) em que as pesquisadas são trabalhadoras de um abatedouro e realizam um trabalho com menor valor que os homens que trabalham na mesma fábrica, evidenciando a Divisão Sexual do Trabalho; no segundo caso, Guiraldelli (2012) realiza sua pesquisa em uma indústria de confecção, a qual possui mão-de-obra quase exclusivamente feminina e, nela, ainda existe um comportamento de hierarquia de posições quando comparadas aos homens.

Lunardi, Souza e Perurena (2014) trazem a questão do turismo rural em uma pequena cidade de Santa Catarina entrevistando treze famílias locais e, em vez de trazer uma maior autonomia na vida das mulheres entrevistadas, ao poderem comercializar seus produtos e serviços, acabou trazendo uma dupla jornada de trabalho: das esferas pública e privada. Nogueira (2014) também fez sua pesquisa em pequenas propriedades rurais que comercializam sua produção de frangos e derivados para a agroindústria. Mostrou que, além da exploração de homens e mulheres, o maior fardo recai na mulher, que é a responsável pela produção, reprodução familiar e o serviço doméstico.

O gênero influencia tanto nas profissões que a pesquisa de Molinete, Barcellos e Salles (2017) busca em revistas *Você S/A* dos últimos 5 anos como são produzidos e reproduzidos os papéis de gênero feminino e masculino na gestão definindo personalidades que são exclusivamente femininas ou masculinas. Com as executivas brasileiras entrevistadas por Menezes, Oliveira e Diniz (2013), os autores constataam que essa idealização de gestão construída por gênero ao definir qualidades ideais de um gestor como tipicamente masculinas e procurando serem atingidas por elas, buscando assim a excelência na profissão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma pesquisa é um agregado de procedimentos sistemáticos que são baseados no raciocínio lógico e que por meio de métodos científicos encontram a solução para os problemas propostos (ANDRADE, 2010).

Além disso, para Lakatos e Marconi (1991), não há ciência sem método científico, sendo o método uma mescla de atividades sistemáticas e racionais que norteiam o pesquisador para o alcance dos resultados obtidos. O método científico vai além do empírico, pois busca além do elemento, do objeto, do fato ou fenômeno, entender a sua estrutura, causas, organização e funcionamento (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007). Logo, o método científico é o meio usado para chegar às informações com precisão e desenvolver do estudo de maneira apropriada (OLIVEIRA, 1999).

O presente capítulo apresenta os procedimentos metodológicos que foram aplicados na pesquisa, que dá seu início pelo delineamento da pesquisa, a definição do público alvo, o plano de coleta de dados e análise de dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Segundo Andrade (2010), com a finalidade de limitar as noções introdutórias, pode-se classificar a pesquisa quanto à natureza, aos objetivos, aos procedimentos e ao objeto.

A presente pesquisa utilizou a abordagem qualitativa, a qual é definida por Michel (2015) como aquela que colhe e analisa dados descritivos, que são obtidos da situação em questão e enfatiza mais o processo em si que os resultados, retratando a perspectiva dos participantes, relatando seu contexto natural e procura dar sentido aos fatos de acordo com as pessoas implicadas no contexto.

Quanto aos fins, caracteriza-se como descritiva, pois descreve e explica como a Divisão Sexual do Trabalho interfere e se reproduz na vida das mulheres pesquisadas. A pesquisa de caráter descritivo tem como características explicar e descrever fatos ou fenômenos reais, sempre relacionando a influência que o ambiente externo exerce sobre eles. A pesquisa descritiva sempre busca conhecer e explorar as situações que incluem o comportamento do ser humano, individual ou em grupos, e em seus aspectos social, econômico e cultural (MICHEL, 2015).

Acerca dos meios, foi realizada pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica se trata do levantamento bibliográfico sobre o assunto, levantando informações para definir os objetivos, o problema e os tópicos da pesquisa (MICHEL, 2015), realizada, nesta pesquisa, na revisão da literatura. Já a pesquisa de campo é assim denominada, pois a coleta dos dados é feita no ambiente natural, no próprio local onde ocorrem os fenômenos da pesquisa, local esse que não sofre interferência do pesquisador sobre ele (ANDRADE, 2010). Martins e Theóphilo (2009) descrevem a pesquisa documental aquela que tem como base de pesquisa documentos que servem como dados e informações.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA OU DO PÚBLICO ALVO

A pesquisa foi realizada com doze mulheres que participam do MMC – Movimento das Mulheres Camponesas e que residem no litoral norte do Rio Grande do Sul, sendo a sede do movimento localizado na cidade de Três Cachoeiras – RS, as quais totalizam cerca de 220 mulheres atualmente.

O Movimento das Mulheres Camponesas – MMC – foi um movimento nacional que surgiu nos anos 1980, que inicialmente tinha reivindicações como a libertação da mulher, a sindicalização, direitos previdenciários tais quais licença/remuneração na maternidade, aposentadoria e maior participação política das mulheres (MMC, 20--, n.p).

O nome do movimento foi articulado no ano de 2003, quando em um curso nacional do grupo surgiu o debate sobre o nome camponês, que compreende aquele que produz tanto no âmbito agrícola ou artesanal de forma autônoma, geralmente em um espaço familiar, para seu sustento e de sua família e também realiza trocas ou venda da produção para adquirir aquilo que não produz. Já a definição de mulher camponesa, é aquela que produz seu alimento e garante a subsistência de sua família, “É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas; legitimando o nome do movimento”. (MMC, 20--, n.p). Com toda essa representatividade de mulheres, o grupo então reafirmou a luta do movimento em dois eixos: Gênero e Classe. O movimento tem como missão a libertação e emancipação da mulher, a construção do projeto popular de agricultura a partir dos

princípios da agroecologia e a transformação da sociedade, na perspectiva feminista e socialista (MMC, 20--, n.p).

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, é indicado que se crie um roteiro para a elaboração da pesquisa, a fim de facilitar o desenvolvimento e assegurar uma ordem lógica na execução das atividades propostas (ANDRADE, 2010).

A coleta dos dados se deu por meio de entrevista estruturada realizada com doze participantes do MMC, durante o mês de setembro deste ano. Foram feitas quinze perguntas, divididas em três blocos: i- perfil das pesquisadas, ii- atividades familiares, e iii- atividades profissionais. A escolha das participantes foi por acessibilidade. O quadro 4 apresenta o roteiro da entrevista.

Quadro 4 - Roteiro entrevista

Bloco I – PERFIL DAS PESQUISADAS			
1-Idade			
<input type="checkbox"/> 15 a 24 anos	<input type="checkbox"/> 25 a 35 anos	<input type="checkbox"/> 36 a 48 anos	<input type="checkbox"/> 49 a 58 anos
<input type="checkbox"/> 59 a 67 anos	<input type="checkbox"/> 68 a 79 anos		
2-Estado civil			
<input type="checkbox"/> Solteira	<input type="checkbox"/> Casada	<input type="checkbox"/> Separada/ Divorciada	<input type="checkbox"/> Viúva
3- Nível de escolaridade			
<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo		
<input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo		
<input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo		
4- Filhos			
<input type="checkbox"/> Não tenho filhos	<input type="checkbox"/> de 1 a 2	<input type="checkbox"/> 3 ou mais	
5- Função: _____			
6- Renda			
<input type="checkbox"/> até R\$937,00	<input type="checkbox"/> De R\$938,00 Á R\$1.874,00	<input type="checkbox"/> De R\$1.875,00 Á R\$4.685,00	
<input type="checkbox"/> De R\$4.686,00 Á R\$7.496,00	<input type="checkbox"/> Acima de R\$7.497,00		
Bloco II – ATIVIDADES FAMILIARES			
7 – Quais as atividades que você realiza no dia a dia, no ambiente familiar?			
8 - Quem e com qual frequência lhe auxilia na realização das atividades familiares?			
9 – Quais são as suas responsabilidades com a família?			
10 – Com quais pessoas você divide as responsabilidades da família?			
11 – Como é feito o pagamento das despesas de sua família?			
<input type="checkbox"/> 100% com você <input type="checkbox"/> dividido igualmente com meu marido <input type="checkbox"/> meu salário contribui com pequena parcela para as despesas <input type="checkbox"/> 100% do meu salário é para mim mesma			
<input type="checkbox"/> Recebo auxílio financeiro de uma parente (pai, mãe, irmão, etc)			
<input type="checkbox"/> Outra situação. Qual _____			
Bloco III - ATIVIDADES PROFISSIONAIS			
12 – Como e por qual influência você se tornou membro do MMC?			
13- Quais foram as dificuldades que a motivaram a fazer parte do MMC?			
14 – Você sente tratamento diferenciado com relação aos homens nas atividades que você desempenha?			
15 – Na sua opinião, as mulheres são valorizadas e reconhecidas da mesma maneira que os homens na Agricultura Familiar? Por quê?			

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

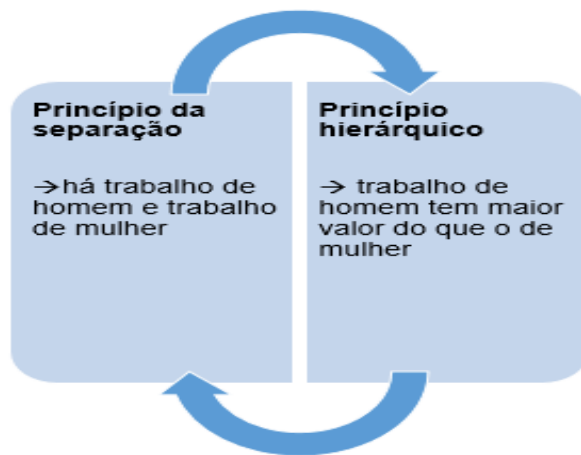
3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

Para Lakatos e Marconi (2001), na análise dos dados o pesquisador entra em maior detalhe sobre os dados coletados na fase de pesquisa, responde às indagações levantadas e estabelece uma relação entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas.

Portanto a análise de dados empregue na pesquisa foi de abordagem qualitativa considerado a proposta teórica da Divisão Sexual do Trabalho conforme

Kergoat e Hirata (2007), como categorias de análise dos dados – Figura 2. Para Creswell (2007), define-se como análise qualitativa aquela em que o pesquisador faz uma interpretação dos dados coletados, pois além do desenvolvimento da pesquisa e a conclusão da análise, o pesquisador ainda deixa questões a serem levantadas acerca do tema em questão.

Figura 2 - Categorias de análise de dados



Fonte: Adaptada de Kergoat e Hirata (2007).

3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A síntese dos procedimentos metodológicos utilizadas, estão demonstrados no quadro abaixo para um melhor entendimento do delineamento da realização da pesquisa.

Quadro 5 - Procedimentos metodológicos e respectivos objetivos específicos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ABORDAGEM DA PESQUISA	PESQUISA QUANTO AOS FINS	MEIOS DE INVESTIGAÇÃO	DADOS DA PESQUISA	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS
Identificar o perfil das pesquisadas que pertencem ao movimento das mulheres camponesas	Qualitativa	Descritiva	Pesquisa de campo	Primário	Entrevista	Qualitativa considerando os princípios da separação e hierárquicos
Levantar as atribuições da esfera privada das pesquisadas						
Identificar as barreiras percebidas por elas na esfera pública						

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Este capítulo é composto de três seções. Na primeira, é apresentado o perfil das doze pesquisadas; na segunda: têm-se os dados sobre as atividades e responsabilidades familiares que são realizadas pelas entrevistadas. E, na terceira, trata-se das atividades profissionais que essas mulheres realizam e quais as perspectivas e dificuldades que elas enxergam no ambiente de trabalho avaliadas pela abordagem da Divisão Sexual do Trabalho.

4.1 PERFIL DAS PESQUISADAS

Neste primeiro bloco, é traçado o perfil das pesquisadas de acordo com idade, estado civil, escolaridade, número de filhos, função e renda. Sendo a primeira análise quanto a faixa etária e estado civil, demonstrado no quadro 6.

Quadro 6 - Faixa etária versus estado civil

Faixa Etária x Estado Civil	Solteira	Casada	Separada/ Divorciada	Viúva	Total
Idade entre 25 a 35 anos	1	2			3
Idade entre 36 a 48 anos		1			1
Idade entre 49 a 58 anos		1		1	2
Idade entre 59 a 67 anos		2		2	4
Acima de 68 anos		1		1	2
Total	1	7	-	4	12

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No que tange a idade e estado civil, podemos perceber que quatro delas que representam a maioria, tem idade entre 59 a 67 anos seguido pelas outras três na faixa dos 25 a 35 anos, ou seja, tanto as mulheres mais velhas quanto as mais novas são as em maior número na amostra. Quanto ao estado civil, sete são casadas, quatro viúvas e uma solteira. Bruschini (2007) traz um comparativo da força de trabalho feminina em dois momentos: até o final dos anos 70, as trabalhadoras brasileiras eram em sua maioria solteiras, sem filhos e jovens. Em 2005, esse perfil muda sendo as taxas mais altas da força de trabalho feminina realizado por mulheres de 30 até 39 anos, seguidos por mulheres de 40 a 49 anos, e

geralmente já são casadas e mães.

O quadro 7 apresenta-se uma comparação entre o nível de escolaridade e a renda.

Quadro 7 - Nível de escolaridade versus Renda

Nível de escolaridade x Renda	Até R\$937,00	De R\$938,00 a R\$1.874,00	De R\$1.875,00 a R\$4.685,00	Acima de R\$4.686,00	Total
Ensino Fundamental Incompleto	3	2			5
Ensino Fundamental Completo					
Ensino Médio Incompleto					
Ensino Médio Completo	1	2	1	1	5
Ensino Superior Incompleto		1			1
Ensino Superior Completo					
Mestrado		1			1
Total	4	6	1	1	12

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Ao que se refere à escolaridade, cinco delas possuem ensino fundamental incompleto, e outras cinco completaram o ensino médio. Chama atenção o fato de uma ter mestrado. Sobre a renda, a maioria das entrevistadas, mais precisamente seis relataram ter seus rendimentos entre R\$ 938,00 a R\$1.874,00 (um a dois salários mínimos), seguido por quatro que tem seu rendimento até R\$ 937,00 (um salário mínimo).

Quanto ao número de filhos: cinco delas tem três ou mais filhos, cinco possui de um a dois filhos e duas não têm filhos. Acerca da função desempenhada: cinco são agricultoras, cinco agricultoras aposentadas, uma professora aposentada e uma técnica em meio ambiente. Percebe-se que a maioria delas é ou foi agricultora.

De modo geral, elas são casadas ou viúvas, possuem renda entre um a dois salários mínimos, estão na idade entre 25 a 35 anos e 59 a 67 anos, formação é ensino fundamental incompleto ou médio completo, dez delas têm filhos e são ou foram agricultoras. A função já era esperada uma vez que participam de um movimento rural: Movimento das Mulheres Camponesas.

O perfil atual das trabalhadoras brasileiras pode ser definido como voltado

para o trabalho e a família: são mulheres mais velhas, casadas e mães. A imutável responsabilidade pelos afazeres domésticos e cuidados com a família e com os filhos demonstram o modelo familiar tradicional que sobrecarregam uma pessoa da família: a mulher (BRUSCHINI, 2007).

4.2 ATIVIDADES FAMILIARES

Neste bloco, composto de cinco perguntas, buscou-se compreender: i - as tarefas realizadas no ambiente doméstico, ii - qual a frequência da realização dessas atividades, iii – as responsabilidades assumidas em relação à família, iv – com quais pessoas divide as responsabilidades familiares e v - como são divididas as despesas da família.

Ao descrever as atividades realizadas no dia a dia no ambiente familiar, frisamos a fala da entrevistada dois: “Atualmente, como trabalho de dia e estudo à noite não me envolvo muito nas atividades do lar, somente aos finais de semana”. (E2). A fala da entrevistada dois é importante pois se difere das outras onze respostas apresentadas, que são praticamente iguais: “limpeza da casa, cuidado com os animais domésticos (galinhas, gatos e cachorros), capinas em hortas, jardim”. (E1). Não muito diferente da realidade mostrada pela entrevistada oito: “Faço as refeições do dia a dia, limpeza da casa e roupas. Cuido do neto e dos animais”. (E8). Ou da entrevistada dez: “Cuidado com o filho, limpeza, roupas, alimentação, louças, organização”. (E10).

A pergunta seguinte se deu sobre a divisão dessas atividades familiares, quem e com qual frequência lhe ajudavam na realização das tarefas. Quatro delas admitem não ter ajuda e ter que realizá-las sozinhas: “sozinha, apenas eu”. (E4). O que é diferente do caso da entrevistada sete, que possui uma doméstica para lhe ajudar: “tenho uma moça que me ajuda em todas as tarefas”. (E7). Três delas disseram que ‘às vezes’ tem algum tipo de ajuda: “Marido às vezes, quando peço, pois não toma iniciativa própria, não vê o serviço”. (E8). “Geralmente faço as tarefas domésticas sozinha, às vezes meu marido faz a janta”. (E9) “Com meu cônjuge. Às vezes ele realiza algumas atividades como lavar a louça, lavar roupa, sempre que ele tem tempo disponível”. (E2). E outras três que admitiram ter auxílio diariamente: “Meu marido faz algumas tarefas diariamente, em especial a alimentação, louça e cuidado com o filho”. (E10). E outra que não especificou as tarefas realizadas:

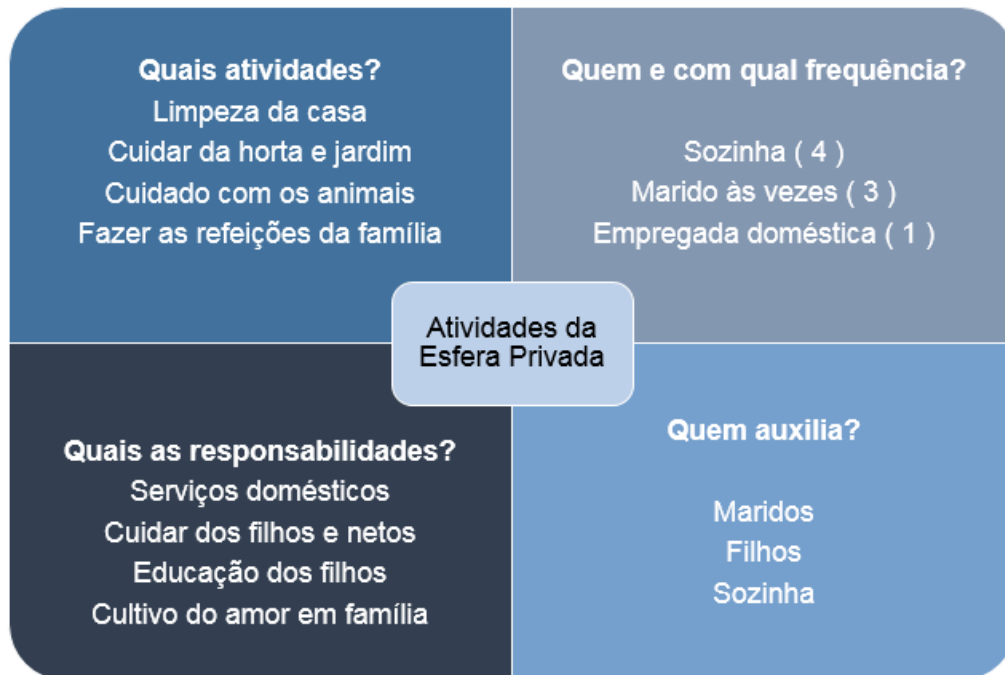
“marido ajuda nos afazeres de casa”. (E12). A entrevistada onze se diferencia das outras quatro que realizam as tarefas sozinhas, pois tem que ajudar o marido que sofreu um acidente e não tem condições de ajudá-la: “sozinha, meu marido sofreu um acidente e precisa de cuidados”. (E11).

Pode-se perceber as tarefas dirigidas às mulheres agricultoras, além do trabalho reprodutivo e cuidado com os filhos, estende-se ao trabalho doméstico, que é o cuidado com a casa, comida, com a horta e com os animais. A divisão sexual do trabalho neste caso dá-se pela relação de hierarquia familiar, em que elas são as principais responsáveis por esses afazeres e contam com pouca ou nenhuma ajuda de seus cônjuges.

Quando questionadas quais as responsabilidades com a família, oito relataram as atividades domésticas como suas principais responsabilidades: “Cuidar da casa, do pátio, dos animais, cuidado com os filhos e o trabalho na roça”. (E1). Três informaram que se envolvem com a educação, os familiares e o cuidado com a família: “Educação com as filhas, neto, espiritualidade e amor as pessoas”. (E8). Uma relatou as responsabilidades domésticas como uma atividade compartilhada com a família: “Aos finais de semana a família se reúne e faz as atividades domésticas de forma compartilhada. Visitamos e assessoramos nossos pais idosos”. (E2).

A outra pergunta foi com quais pessoas elas dividiam essas responsabilidades familiares. Oito delas afirmaram que dividem com os maridos: “Meu marido faz sua parte na educação do nosso filho e com nossa família”. (E10). Duas delas com os filhos: “Geralmente eu resolvo tudo sozinha, mas, se surge algum imprevisto, eu divido com os meus filhos”. (E4). Uma declarou que tem a ajuda do marido algumas vezes somente: “Sozinha. Às vezes meu marido ajuda com a faxina da casa”. (E9). E por último, apenas uma que afirmou não ter a ajuda de ninguém, faz as atividades sozinha.

Figura 3 - Síntese dos resultados da esfera privada



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2018).

Esses resultados reforçam a fala de Saffioti (1987), para a qual as mulheres, por serem vistas com menor poder na sociedade, tanto nas decisões familiares quanto naquelas que afetam suas escolhas pessoais são sujeitos de dominação dos homens, os quais são os protagonistas do sistema de dominação patriarcal e ocupam lugares de maior prestígio na sociedade. E, ao elas terem um trabalho assalariado que serviria como uma forma de libertação do sistema patriarcal, recebem menos que os homens que ocupam a mesma função e ainda a mulher permanece com o compromisso com a extra jornada em casa, o trabalho doméstico que lhe é subordinado (SAFFIOTI, 1987).

A pergunta onze se refere de que forma é feito o pagamento das despesas da família foi feita de forma optativa, por essa razão para um melhor entendimento os dados foram tabulados no quadro 8.

Quadro 8 - Realização do pagamento das despesas de sua família

Renda	Total
100% com você	4
Divido igualmente com meu marido	4
Meu salário contribui com pequena parcela para as despesas	3
100% do meu salário é para mim mesma	-
Recebo auxílio financeiro de um parente (pai, mãe, irmão, etc.)	-
Outra situação	1
Total	12

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Os dados do quadro 8 leva a uma consideração importante restrita à amostra pesquisada: ao mesmo tempo em que as tarefas domésticas são realizadas e socialmente destinadas às mulheres, ratificando o princípio da separação defendido por Kergoat e Hirata (2007), dessa maneira o trabalho doméstico é tido como trabalho de mulher no contexto desta pesquisa também.

No entanto o mesmo não ocorre com o pagamento das despesas da família, papel esse que foi construído socialmente como sendo de responsabilidade dos homens. Quatro das pesquisadas revelaram que as despesas são totalmente pagas por elas, e outras quatro dividem com o marido.

Isso revela que a maior presença das mulheres no mercado de trabalho trouxe mudanças, mas não transformações expressivas na situação da mulher no mundo do trabalho, pautado pelo modelo profissional masculino. Além disso, o trabalho da reprodução humana, que continua invisível, é desenvolvido pelas mulheres, preserva o modelo profissional masculino “livre” de afazeres domésticos e mantém o modelo feminino “conciliador” dividido entre as várias jornadas de trabalho (YANNOULAS, 2003). Isso vale também para aquelas que trabalham fora e contribuem economicamente, o que representa uma dupla jornada de trabalho, visto que a segunda é sem remuneração (BRUSCHINI, 2007).

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho não equilibra as funções atribuídas por elas, ao contrário, desfavorece ainda mais as mulheres que compartilham as responsabilidades financeiras com o marido, de forma igual ou não, juntamente com as responsabilidades da esfera reprodutiva perpetuando a desigual

e desfavorável divisão sexual do trabalho (SOUSA; GUEDES, 2016).

4.3 ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Este bloco apresenta os dados coletados em quatro questões discursivas quanto às atividades profissionais realizadas pelas entrevistadas com base na Divisão Sexual do Trabalho.

Inicialmente, foi questionado como e por qual influência as entrevistadas se tornaram membros do MMC (Movimento das Mulheres Camponesas). Pode-se perceber que os motivos que levaram essas mulheres até o movimento são distintos: quatro delas por convite de amigas ou familiares: “Uma cunhada começou e convidou e já participo há 25 anos do movimento”. (E5). Outras cinco também por convite, mas também para buscar informações e conhecimento das plantas e medicina natural: “Por uma amiga que apresentou, por necessidade de conhecimento, mas principalmente pelas plantas medicinais”. (E3). E outra: “Quando me aposentei, conheci o MMC no qual minha mãe também fez parte do grupo nos remédios caseiros e a convite de uma amiga”. (E6). Três justificaram a participação no movimento como um modo de lutar pelo direito de aposentadoria das agricultoras, e igualdade de gênero: “Já faço parte há mais de 40 anos, a luta estava acirrada pela igualdade de gênero, previdência social, aposentadoria rural, entrei influenciada pela luta de direitos pelos movimentos existentes. Mais tarde a luta feminista me deixou apaixonada porque aprendi o quanto é importante termos liberdade e ser mulheres livres como seres humanos”. (E10).

Nesse contexto, evidencia-se o conceito de gênero e, com ele, vieram, à tona, inúmeras vertentes do feminismo e reivindicações que ainda não eram conhecidas e nem debatidas pelas mulheres e principalmente pelos governos (MELO; CASTILHO, 2009). Trata-se de um novo olhar do feminismo que trouxe o enfoque a invisibilidade do trabalho executado pela mulher, a desvalorização do trabalho doméstico e a inferioridade feminina. Nas ciências sociais, esse tema é trazido afim de reinterpretar os conceitos do trabalho doméstico e do produtivo/improdutivo, ou seja, aquele que produz ou não valor econômico.

Quando questionadas sobre as dificuldades que as motivaram a fazer parte do movimento, cinco atribuíram à exclusão das mulheres em camadas da sociedade e a falta de visibilidade, falta de informação pelos direitos das mulheres: “Luta por

diretos das mulheres, estudo sobre sociedade é nossa tarefa na luta de classe”. (E10). “Pouca informação dos direitos da mulher, pouca autonomia, não ter voz” (E8). A busca por um estilo de vida mais saudável através da alimentação e medicamentos também foi um dos motivos citados por cinco delas: “a busca pelo conhecimento da agroecologia que não era muito falado e a cura através das plantas medicinais”. (E5). “No primeiro encontro que participei no MMC, o tema era sobre produção saudável e plantas medicinais, aí me apaixonei e não larguei mais”. (E1). A falta de empoderamento e de perspectiva também é um fator citado por duas entrevistadas: “Desde que entrei no grupo Viva Vida, percebi que venho adquirindo empoderamento feminino, autonomia, participação nos diversos setores da sociedade. Acho que eu me sentia um pouco frágil” (E2). Como se reforça na fala da entrevistada doze: “ficar acomodada, outras saíam a estudar e a gente ficava em casa não tinha estudo, só ficava para trabalhar”. (E12).

Pode-se verificar que grande parte delas buscou o MMC inicialmente pelo interesse nas plantas e medicina natural, e por serem agricultoras algumas não tiveram acesso a níveis mais altos de escolaridade, somado a isso ainda conviviam com a dificuldade de aceitação por parte dos maridos para poder sair de casa e fazer outras atividades ou participar de um grupo ou movimento. O movimento proporcionou a essas mulheres a possibilidade de inserção em um grupo feito por mulheres e para mulheres e que, além de oferecer capacitação e conhecimento, também trouxe a consciência de classe do papel das mulheres na sociedade.

Em relação ao tratamento diferenciado nas atividades por elas realizadas, sentiam que o tratamento era diferenciado em relação aos homens, três afirmaram que sim, ao realizar o mesmo trabalho: “Sim, parece que, quando a gente faz um trabalho do lado de fora de casa, dizem "parece um homem, fico zangada, porque às vezes homens não fazem o que faço então não poderia ser homem!”. (E11). Uma atribui ao comportamento machista que ainda predomina em algumas mulheres: “Sim, ainda percebo isso em alguns momentos. Acho que isso se dá devido ao comportamento machista que as mulheres também reproduzem”. (E4). Outra relata sentir a diferença dentro dos próprios movimentos sociais, que são orientadas a realizar tarefas “de mulher”: “Já senti muita dificuldade em atividades dentro dos movimentos sociais, nos delegam atividades privadas. E com relação ao trabalho braçal, querem nos impor apenas atividades internas”. (E3).

Também há duas que percebem essa diferença não com elas, mas sim com outras mulheres: “eu pessoalmente não, mas no entorno se vê muito”. (E6). “Em minha atividade não. Mas às vezes as ideias dos homens são mais ouvidas do que as nossas”. (E10). Outras quatro acreditam que essa diferença não existe: “Não. Sempre trabalhamos juntos, no trabalho na roça não havia distinção”. (E5). “No meu caso não. Eu acho que homem e mulher tem que se tratar igual no trabalho. Se trabalham lado a lado e conversam tudo dá certo”. (E9).

Esta questão apresenta como cada uma enxerga e sente a maneira que a Divisão Sexual do Trabalho afeta e age em suas vidas. Pode-se ver que são percebidas de maneiras diferentes, como, quando é um trabalho pesado, é dito que ‘parece um homem’, masculinizando e, dessa forma, estereotipando de que há trabalhos que são de homens e trabalhos que são de mulheres. Ou ainda quando o comportamento machista é reproduzido pelas próprias mulheres, que nem se dão conta da reprodução do machismo, pois esse é o jeito que a sociedade patriarcal ensinou as mulheres a agirem, seja dentro de casa ou nas associações e lugares públicos, sempre destinando atividades domésticas ou internas como subordinação às mulheres, pois, como foi dito, são trabalhos de mulheres. Verifica-se que, ainda que algumas das pesquisadas aleguem não sentir a diferença de tratamento diretamente com elas, admitem que conseguem enxergar que ainda existe com outras mulheres.

Quando perguntadas se consideravam que as mulheres são valorizadas e reconhecidas da mesma forma que os homens na agricultura familiar, das doze entrevistadas apenas uma afirmou que sim, que paulatinamente vem acontecendo a valorização: “Acho que as mulheres hoje estão sendo mais valorizadas, isso vem mudando gradativamente, acho que por parte do trabalho desenvolvido dos grupos organizados de mulheres, "agroecologia não existe sem as mulheres". (E2). As demais – onze – afirmaram que não. Uma delas esclarece que essa não valorização é amenizada pelo fato das organizações que agrupam as mulheres: “Acredito que ainda não! em grupos e associações mistas que produzem de forma agroecológica as relações são diferenciadas”. (E1).

Ao serem questionadas do motivo da (des) valorização, cinco acreditam que isso se dá em razão de o trabalho de as mulheres serem considerados mão de obra secundária: “Não. As mulheres sempre trabalharam em casa e na roça, mas sempre a mulher é tratada como uma ajudante e não como uma protagonista”. (E4). Três

entrevistadas, acreditam ainda haver desigualdade nas esferas pública e privada: “Já melhorou bastante, fruto da participação efetiva das mulheres em todos os espaços (produção, gestão, cooperativas, comercialização, coordenações), mostrando nossa capacidade. Porém ainda há muitos limites, homens ainda ocupam a maioria dos cargos mais importantes na política, na gestão de associações e cooperativas. Luz e Casagrande (2006) ratificam que a segmentação sexual horizontal e vertical no mercado de trabalho ainda separa o que é trabalho de homem e de mulher fortemente ligado ao que é produtivo e reprodutivo e as hierarquiza conforme os ideais de masculinidade e feminilidade regida pela sociedade.

Na educação das crianças geralmente são as mulheres que se responsabilizam, em especial no campo, mesmo que as mulheres cumpram duplas ou até mesmo triplas jornadas de trabalho. Ainda há o que avançar neste sentido, onde homens entendam que filhos, casamento, afazeres domésticos são afazeres de ambos, homens e mulheres”. (E10). Outra, acredita que o preconceito está dentro de casa: “Na verdade muitas mulheres ainda hoje sofrem, tem que pedir licença para sair de casa”. (E12). E por último, a entrevistada oito defende que as mulheres precisam se masculinizar para serem valorizadas: “Não, ainda existe muitas mulheres que não se libertaram, não tem vez e nem voz, não são sujeitas de sua própria história. Pois a própria sociedade limita a essa valorização, existe muita desigualdade pois, até quando uma mulher enfrenta a sociedade, mesmo num trabalho que não é muito comum a mulher exercer, é chamada de mulher 'macho’”. (E8).

A desvalorização do trabalho feminino em todas as esferas e profissões já é algo comprovado por diversos autores e pesquisas, mas cada classe sente de uma forma. Para as mulheres do MMC, a desvalorização do seu trabalho na agricultura vem do fato de o trabalho da mulher ser considerado como uma mão de obra secundária, sempre como uma ajudante do marido ou até mesmo executando as mesmas funções e sem o reconhecimento do seu trabalho.

Dessa forma a desigualdade nas esferas pública e privada é lembrada ao reafirmar que as ideias dos homens sempre são mais ouvidas que as das mulheres, e que os altos cargos em sua maioria são representados por homens. Os cuidados da casa e educação das crianças são sempre destinados as mulheres, que realizam duplas ou até triplas jornadas de trabalho.

Quanto a valorização monetária do trabalho produtivo dessas mulheres, percebe-se uma dominação masculina, pois, no caso das trabalhadoras rurais, o pagamento é sempre recebido pelo homem e repassado para a mulher “o que sobra”, ou às vezes nem é repassado. Esse dinheiro, quando é pouco, dirige-se ao pagamento das despesas da casa e familiares, e não diretamente à mulher.

A figura 4 sintetiza os resultados encontrados quanto às influências, dificuldades, tratamento e valorização das mulheres na esfera pública.

Figura 4 - Síntese dos resultados da esfera pública

Síntese dos resultados da esfera pública				
Influência	Dificuldades	Tratamento diferenciado	Valorização	Porquê
<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Convite de uma amiga ou familiar; <input type="checkbox"/> Plantas medicinais <input type="checkbox"/> Agricultura ecológica <input type="checkbox"/> Direito pela aposentadoria <input type="checkbox"/> Igualdade de gênero 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Luta pelo direito das mulheres <input type="checkbox"/> Conhecimento na agroecologia <input type="checkbox"/> Produção saudável e medicina natural <input type="checkbox"/> Empoderamento <input type="checkbox"/> Falta de perspectiva e de espaço na sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Dizem que parece trabalho de homem, mas homens não fazem o que faço <input type="checkbox"/> Comportamento machista que as mulheres também reproduzem <input type="checkbox"/> As ideias dos homens são mais ouvidas 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> a mulher é tratada como uma ajudante e não como uma protagonista <input type="checkbox"/> homens ainda ocupam a maioria dos cargos mais importantes na política, na gestão de associações e cooperativas 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> A própria sociedade limita a valorização, pois quando uma mulher enfrenta a sociedade, mesmo num trabalho que não é muito comum a mulher exercer, é chamada de mulher 'macho'.

Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa (2018).

Os dados da pesquisa indicam que, no contexto desta pesquisa, o princípio da hierarquia se materializa da mesma forma que apresentada pela literatura nacional, em que o trabalho do homem tem mais valor que o desenvolvido pelas mulheres. Logo as questões que interferiram na (des)igualdade de gênero na percepção das pesquisadas:

I - **Princípio da separação:** elas executam as tarefas domésticas praticamente sozinhas; elas são responsáveis por quase todas as atividades relacionadas à

família; a renda delas, embora de forma ampla seja considerada secundária, é o fomento se não total, mas parcial do sustento da família.

II – **Princípio da hierarquia:** precisam lutar pelos seus direitos, haja vista terem que aderir ao movimento para deixarem a invisibilidade; os homens, além de terem seus trabalhos mais valorizados, estarem em melhores funções-cargos, são mais ouvidos; mulher masculinizada quando consegue um trabalho tido como trabalho de homem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do estudo buscou compreender a igualdade de gênero, como construção social, na esfera do trabalho por meio das mulheres que participam do grupo MMC – Movimento das Mulheres Camponesas, à luz da abordagem da Divisão Sexual do Trabalho.

Quanto ao perfil das pesquisadas, verificou-se que elas são casadas ou viúvas, possuem renda entre um a dois salários mínimos, estão na idade entre 25 a 35 anos e 59 a 67 anos, formação é ensino fundamental incompleto ou médio completo, dez delas têm filhos e são ou foram agricultoras. A função já era esperada, agricultoras, uma vez que participam de um movimento rural: Movimento das Mulheres Camponesas.

As atribuições da esfera privada, ou seja: as atividades domésticas que são realizadas por elas têm em comum o cuidado com a casa, com os filhos, com a horta, e quanto à divisão dessas tarefas a maioria admite não receber ajuda de outros familiares, confirmando a desigualdade e hierarquia dos homens no âmbito familiar. Ou seja: desempenham atividades que, segundo o princípio da separação, divide o que é trabalho de homem e trabalho de mulher.

Como barreiras percebidas por elas na esfera pública, foram identificadas a falta de visibilidade e reconhecimento do trabalho da mulher camponesa, que sempre é apontado ou visto como uma mão de obra secundária materializa o princípio da hierarquia, o qual valoriza mais o trabalho executado pelo homem.

Portanto, os resultados desta pesquisa reproduziram quanto ao princípio da separação e princípio da hierarquia o que se tem visto, levantado em outros trabalhos, ou seja: a mulher com dupla, tripla jornada de trabalho, como mão de obra secundária e pouco valorizada, respeitada.

Esta pesquisa teve como limitação o fato de ter tido acesso a doze participantes do grupo, pelo fato de o encontro regional acontecer apenas uma vez por mês e o não comparecimento de um número maior de participantes e também pelo tempo disponível para a aplicação da pesquisa.

Por fim, sugere-se a continuação do estudo, ampliando a amostra pesquisada, buscando mulheres de outras regiões que participam do movimento.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. W. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** (Tese) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ALVES, A. E. S. Divisão Sexual do Trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 271-289, Ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mai.2018.
- AMTR SUL. MMC Brasil (Org.). **Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida**. Chapecó: Passografic, 2008.
- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ÁVILA, M. B. Reflexões sobre as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília: Funag, 2011. p. 187-206.
- BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, Set. 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582016000300719&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mai.2018.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A Bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n.110, p.67-104, jul. 2000.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300003>. Acesso em: 01 jul. 2018.
- CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens Feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais: Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 275-329.
- CARLOTO, C. M; GOMES, A. G. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e Divisão Sexual do Trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p. 131-146, Mar. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mai.2018.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COSTA, A. S. M.; VERGARA, S. C. Estruturalista, pós-estruturalista ou pós-moderno? Apropriações do pensamento de Michel Foucault por pesquisadores da área de administração no Brasil. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 6, n. 13, p. 69-89. Abr. 2012. Disponível em:

<<http://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1527>>. Acesso em: 5 ago. 2018

D'ATRI, A. Feminismo y marxismo: más de 30 años de controversias. **Sin Permiso**, 2004. Disponível em:<<http://www.espacioalternativo.org/node/624>>. Acesso em: 18 abr.2018.

Dias, A.T.B.B.B. (2015). *Estratégia como prática social: um estudo de práticas discursivas e questões de gênero das(os) praticantes no processo estratégico de uma instituição de ensino superior comunitária*. Tese de doutorado. Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, Santa Catarina, Brasil.

GRAF, L. P.; COUTINHO, M. C. Entre aves, carnes e embalagens: divisão sexual e sentidos do trabalho em abatedouro avícola. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 761-783, Dez. 2012 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mai.2018.

GUIRALDELLI, R. Adeus à Divisão Sexual do Trabalho? desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. **Soc. estado**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 709-732, Dez. 2012 . Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/se/v27n3/14.pdf> >. Acesso em: 22 mai. 2018.

Hirata, H. Por quem os sinos dobram? Globalização e Divisão Sexual do Trabalho (2003). In M. Teixeira (Org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher – Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, p.595-609, set/dez.2007.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e Divisão Sexual do Trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. Disponível

em:<<https://adrianonascimento.webnode.com.br/news/rela%C3%A7%C3%B5es%20sociais%20de%20sexo%20e%20divis%C3%A3o%20sexual%20do%20trabalho,%20de%20dani%C3%A8le%20kergoat/>> . Acesso em: 17 mai. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

LOURO, G. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 18-60. 2014.

LUNARDI, R.; SOUZA, M.; PERURENA, F. O trabalho de homens e mulheres no turismo rural em São José dos Ausentes: o “leve” e o “pesado”. **Turismo: Visão e Ação**, v. 17, n. 1, p. 179-209, 2015.

LUZ, N. S; CASAGRANDE, L. S. (Org). Entrelaçando gênero e diversidade: matizes da Divisão Sexual do Trabalho. Curitiba: Ed. UTFPR, 2016. 396 p. : il. Disponível em:<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31223/1/CAPITULO_QualificacaoProfissionalMulheres.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

MATOS, V. C. S. Um estudo histórico das relações de gênero e classe. **Revista Multidisciplinar da Uniesp: Saber Acadêmico**, São Paulo, n. 7, p. 57-73, Jun. 2009. Disponível em:<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista7/pdf/6_um_estudo_historico.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MELO, H. P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Rev. econ. contemp.** Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, Abr. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482009000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 abr. 2018.

MENEZES, R. S. S.; OLIVEIRA, J. L.; DINIZ, A. P. R. Simbolismos de gênero e gestão: uma análise das feminilidades de executivas brasileiras. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 4, n. 1, p. 1-22, 2013.

Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Ministério do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2016**. Brasil, 2016. Disponível em: < <http://pdet.mte.gov.br/rais>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

MOLINETE, I. A.; BARCELLOS, R. M. R.; SALLES, H. K. Da Mão de Ferro ao Romantismo: A Produção do Gênero no Discurso da Literatura Pop Management. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. Ed. Especial, p. 6-22, 2017.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. História. Disponível em: < <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

NEGREIROS, M. J. d.; BERNARDES, M. N. **Discriminação baseada em gênero, direito internacional e democratização brasileira**. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 2008. 32 p. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2010/relatorios/ccs/dir/DIR-Maria J. de Negreiros.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.

NEVES, M. A. Anotações sobre trabalho e gênero. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 43, n. 149, p.404-421, Ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jul 2018.

NOGUEIRA, C. M. A Divisão Sexual do Trabalho no sistema de integração agroindustrial. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 509-528, Set. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mai. 2018.

OLIVEIRA, D. P. d. **Planejamento Estratégicos: Conceitos, Metodologia e Práticas**. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, S. L. d. **Tratado de Metodologia Científica: Projetos de pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999.

ONGARATTO, G. D. B. Regulamentação do trabalho feminino no Brasil: em busca de um novo discurso jurídico. **Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico**. Criciúma. Mar 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3855/1/Gabriele%20Dutra%20Bernardes%20Ongaratto.pdf>>. Acesso em 18 de abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. Trabalho doméstico. Disponível em: <www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm> Acesso em: 08 jul. 2018.

PEDRO, J. M. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v.12, n. 22, jan. - jun. p 270-283. 2011. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi22/topoi%2022%20-%20artigo%2015.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2018.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

RADICAL, S. **Por que o feminismo não é sobre igualdade de gêneros?** Disponível em: < <https://medium.com/qg-feminista/porque-feminismo-n%C3%A3o-%C3%A9-sobre-igualdade-de-g%C3%AAneros-4d24f8631cf9>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

RODRIGUES, C. Privado: Tornar-se mulher, dever feminista. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/beauvoir-tornar-se-mulher-devir-feminista/>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SOUSA, L. P. D.; GUEDES, D. R. A desigual Divisão Sexual do Trabalho: um olhar sobre a última década. **Estud. av.**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, Ago,2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mai.2018.

SOUZA, C. N. Interface entre associação, administração pública e Divisão Sexual do Trabalho. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 4, p. 65-84, 2010.

TEIXEIRA, M. O. Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas. **Revista Gênero**, Niterói, vol.12, n.1, p. 31-45,2008. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/94/70>>. Acesso em: 20 mar.2018.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

YANNOULAS, S. C. Feminização ou Feminilização? **Apontamentos em torno de uma categoria**. Temporalis, v. 2, p. 271-292, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368/1583>>.

_____. **Gênero e mercado de trabalho: situando a problemática**. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.) A convidada de pedra. Mulheres e políticas públicas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supracional. Um olhar a partir do Brasil 1988-2002. Brasília: Flacso/Abaré. 2003.